

A novidade que faltava: sensacionalismo e retórica política nos jornais *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* no segundo governo Vargas (1951-1954)

Carla Siqueira

Poucos olharam para essa imprensa “espreme e sai sangue” percebendo a importância, inclusive política, que ela tinha.¹

O lançamento dos jornais *O Dia* e *Última Hora*, em junho de 1951, significou a “irrupção do grande jornalismo popular de caráter sensacionalista na imprensa brasileira”.² Junto com a *Luta Democrática*, criada em fevereiro de 1954, esses veículos constituíram uma nova etapa na história da imprensa popular. A evolução das tiragens desses jornais ao longo da década de 1950 atesta a entrada em cena de uma imprensa de largo consumo, em níveis até então inéditos na imprensa brasileira.³ Além disso, *O Dia*, a *Última Hora* e a *Luta Democrática* guardam ainda um outro denominador comum: o nascimento de uma imprensa popular, associada a nomes como Ademar de Barros, Chagas Freitas, Tenório Cavalcanti e Getúlio Vargas, demonstra a percepção por parte desses políticos da importância que poderia ter uma máquina jornalística voltada para um vasto segmento do público urbano não alcançado pela grande imprensa.⁴

O padrão histórico da comunicação no Brasil tem como uma de suas características a forte vinculação dos meios com as elites políticas locais ou regionais. Expressões como “coronelismo eletrônico” ou “cartórios eletrônicos” têm sido frequentemente utilizadas para caracterizar a tentativa de políticos de exercer, por intermédio da mídia, o controle contemporâneo sobre parte do eleitorado.⁵ Nesse sentido, interessa, neste artigo, destacar o ineditismo da experiência dos jornais *O Dia*, a *Última Hora* e a *Luta Democrática* no momento de seu aparecimento durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Deu-se, então, a primeira união entre veículos de comunicação de alcance massivo e sua instrumentalização por parte de lideranças políticas, no ambiente democrático.

Precedidos pelos periódicos operários das primeiras décadas do século XX e pelos pequenos jornais de cunho político do pós-Estado Novo, *O Dia*,

Última Hora e *Luta Democrática* foram o resultado de um novo contexto, no qual – na política e na imprensa – a incorporação ampla dos grupos trabalhadores como eleitores e consumidores tornou-se fundamental à vida dos partidos e jornais que se pretendiam populares. Em processo de modernização de suas técnicas e de consolidação de seu perfil empresarial, a imprensa da década de 1950 deu a determinadas lideranças políticas os ingredientes para o estabelecimento de uma ponte entre elas e as massas.

A observação dos jornais *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* durante os primeiros anos da década de 1950, quando a modernização da imprensa começava lentamente a se operar, revela – no momento da passagem da imprensa de um perfil marcadamente político para outro mais empresarial – as fórmulas encontradas por um jornalismo que precisava, por razões políticas, ser popular nas duas acepções da palavra: como elemento identificado com o povo e como produto de largo consumo.

O sucesso dos jornais *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* durante a década de 1950 pode ser medido não apenas a partir de seu desempenho no mercado jornalístico, como também pela *performance* eleitoral dos políticos a eles relacionados, como é o caso de Chagas Freitas e Tenório Cavalcanti. Em 1953, *O Dia* já atingia a marca de 90 mil exemplares, tornando-se o matutino de maior circulação no Distrito Federal. O jornal adquiriu grande penetração nos subúrbios cariocas e na Baixada Fluminense, fato decisivo para a eleição de Chagas Freitas à Câmara Federal em 1954. A partir daí, o jornal tornou-se a base de sustentação da expansão da política chaguista, durante as duas décadas seguintes, servindo como veículo da marca clientelista dessa política.⁶

O jornal *Luta Democrática* foi fundado em 1954 por Tenório Cavalcanti, então deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e liderança política em Duque de Caxias, nas áreas vizinhas da Baixada Fluminense e no então Distrito Federal. Tenório Cavalcanti usou o jornal para expandir sua clientela política e combater o segundo governo Vargas. A popularidade de Tenório formou-se na base do clientelismo, dos pequenos favores e donativos feitos à população pobre. Em 1954, em sua reeleição como deputado federal, obteve a maior votação do estado do Rio. No pleito de 1958, repetiu seu feito eleitoral, obtendo novamente a maior votação do estado.⁷

Importa, aqui, mostrar como a eficácia jornalística e política dos jornais *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* pode ser explicada na especificidade da interseção entre linguagem sensacionalista e linguagem política presente nestes periódicos.

OS ANTECEDENTES DA IMPRENSA POPULAR DA DÉCADA DE 1950

Na virada do século XIX para o XX, líderes socialistas lançaram mão de jornais no esforço de organizar o movimento operário na capital da recém-instalada República. Em janeiro de 1890 surgiu no Rio de Janeiro o primeiro jornal considerado por muitos como um instrumento de mobilização operária no Brasil. Chamou-se *A Voz do Povo*. Embora suas idéias tivessem antecedentes em publicações do período imperial, após a proclamação do novo regime era a primeira vez que a palavra impressa estava sendo usada para a orientação e a organização do povo, identificado como a população trabalhadora.⁸

Ainda no início do século XX, a ascensão do anarquismo entre os trabalhadores no Brasil fez surgir vários títulos. Dada a grande proporção de imigrantes entre os trabalhadores, muitos jornais eram publicados em língua estrangeira, como o italiano e o espanhol. Por meio desses jornais, as condições de vida e trabalho dos operários foram discutidas, suas reivindicações foram expressas e o movimento tomou corpo, com a simultânea organização de partidos, associações e sindicatos. Por caminhos diferentes, os discursos socialista, anarquista e comunista conferiram dignidade aos trabalhadores, imbuídos da luta para a conquista de direitos de cidadania – civis, políticos e sociais.⁹

A imprensa operária era popular em todas as acepções da palavra: em sua produção (pois era feita pelos próprios operários, e destaca-se aí a importante participação dos gráficos), em seu conteúdo (problemas e reivindicações dos desfavorecidos) e em seu consumo (embora, é claro, a circulação das publicações acabasse extrapolando o grupo originalmente previsto). *A Voz do Povo*, *Eco Popular*, *Gazeta Operária*, *Brasil Operário*, *A Voz do Trabalhador*, *A Guerra Social*, *Na Barricada* e *A Nação*, entre tantos outros títulos, são alguns exemplos dessa imprensa.

Os primeiros anos da década de 1920 trouxeram, com a repressão ao movimento operário, o progressivo enfraquecimento desse tipo de jornalismo. A questão operária, no entanto, não esteve restrita aos jornais militantes. Exponente da grande imprensa da época (guardadas as devidas proporções, no período), também o governista *O País* (1884-1934) teve sua Seção Operária. Curiosamente, enquanto o presidente Artur Bernardes reprimia o movimento operário, baixando leis draconianas e extraditando trabalhadores estrangeiros, militantes comunistas e anarquistas debatiam suas questões na Seção Operária de *O País*, reaberta em 1923, após nove anos de ausência.¹⁰

Outro exemplo é o jornal *A Manhã* (1925-1928), de Mário Rodrigues, onde sobreviveu durante algum tempo a seção *A Manhã Proletária*, que publicava

notícias sobre o movimento de organização dos trabalhadores. A seção divulgava mensagens de diversas associações profissionais. A 6 de outubro de 1926, por exemplo, publicou a proposta de organização de uma Confederação Geral dos Trabalhadores (já abreviada como CGT): “A falta de uma ligação prática entre todas as associações de classes trabalhadoras existentes no Brasil é um dos principais motivos do desânimo da massa e, em grande parte, o fator principal da falta de progresso da organização sindical em toda a sua escala”.

Nesse ponto é preciso chamar a atenção para o fato de que, da mesma forma que a questão operária não esteve restrita aos periódicos militantes, também os temas populares não se limitaram ao mundo do trabalho. Assim, conforme nos mostra Marialva Barbosa em sua tese de doutoramento, o século XX trouxe à cena um novo tipo de jornalismo, no qual o investimento em um noticiário amplo buscou um público variado e fortaleceu determinados jornais como empresas. O caso do *Correio da Manhã*, fundado no Rio de Janeiro em 1901, é exemplar.¹¹

O jornal, que surgiu prometendo “defender a causa do povo”, valorizou a informação sobre o cotidiano da população, em reportagens e seções específicas, como Vida Operária, que tratava de fatos das associações de trabalhadores, e Na Polícia e Nas Ruas, que registrava crimes e tragédias. A seção Pelos Subúrbios publicava notas diversas sobre os bairros servidos pela Estrada de Ferro Central do Brasil e arredores, o que incluía a divulgação de reclamações dos moradores. Sem descuidar dos noticiários político e internacional e de seções voltadas à vida acadêmica e às artes, o *Correio da Manhã* dedicava especial atenção a temas populares, como a tradicional Festa da Penha e o carnaval. Segundo Marialva Barbosa, as estratégias editoriais, redacionais e administrativas implementadas pelo *Correio da Manhã* para se tornar um jornal popular atravessaram toda a primeira década do século XX e revolucionaram o jornalismo de então.¹²

A criação dos primeiros conglomerados de imprensa no final da década de 1920¹³ mostra a existência de um público formado pouco a pouco pelos grandes jornais diários que se desenvolveram a partir do final do século XIX. Dois elementos foram fundamentais na conformação desse público: o sensacionalismo e a abertura de espaço para as chamadas “queixas do povo”. Os jornais mais populares do período entre 1880 e 1920 eram aqueles que investiam em notícias ligadas às tragédias do cotidiano e que se faziam valer do diálogo mais permanente com o leitor, transformando-se em intermediários destes com o poder público, encaminhando suas reclamações.¹⁴

Já no início do século XX, *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil* abriam espaço para os problemas que afligiam a população, nas colunas Queixas

e Reclamações, A Voz do Povo e Queixas do Povo, respectivamente. Segundo a análise de Eduardo Silva, a coluna do *Jornal do Brasil* teria sido mais sistemática, ampla e significativa.¹⁵ Além disso, as queixas eram publicadas gratuitamente e não era preciso saber escrever, pois havia um redator à disposição dos interessados, como explica o texto do próprio jornal:

A qualquer hora do dia ou da noite um redator especial do *Jornal do Brasil* está à disposição do povo que tem fome e sede de justiça. Não tem outras atribuições, não lhe são distribuídos outros afazeres; a sua própria personalidade se funde, dispensa e dissolve na impersonalidade da Dor. Não discute com os queixosos, não comenta as suas queixas, registra-as na forma literária mais compreensível ao público, sem galas de estilo, sem atavios de linguagem. Esta seção é o parlamento dos oprimidos.¹⁶

A popularidade do *Jornal do Brasil* e da coluna cresceu a cada número, tendo um alcance muito maior que o dos combativos jornais operários, voltados exclusivamente à defesa das questões populares. Eduardo Silva cita o artigo “O operário e a imprensa burguesa”, escrito por A. Brasil Tupynambá no jornal *Brasil Operário*, em 1903, no Rio de Janeiro, que afirmava ser o *Jornal do Brasil* a folha de “melhor conceito” entre os trabalhadores.¹⁷

Também o sensacionalismo – que transformava o cotidiano da cidade em um verdadeiro folhetim – formou o hábito de leitura e por conseguinte um público cativo para os jornais. Nas primeiras décadas do século, as múltiplas mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira, em acentuado processo de urbanização e industrialização, fomentaram o aparecimento desse tipo de jornalismo, que foi justamente explorar os fatos do cotidiano urbano, ainda novo e surpreendente para o leitor. A formação de um público sequioso por notícias levou ao desenvolvimento de determinados periódicos e ao surgimento de vários novos títulos. Já em 1907, o cronista João do Rio comentava a transformação dos jornalistas em “caçadores de escândalos”, pois o público exigia “um assassinato diário”.¹⁸

Marialva Barbosa cita o caso da *Gazeta de Notícias*, jornal literário desde a sua fundação que a partir de 1907 empreendeu uma série de mudanças gráfico-editoriais e de conteúdo. Além da introdução da cor em suas páginas, passou a destacar os crimes monstruosos, publicando fotos das vítimas mortas e mutiladas. Nesse modelo de jornalismo que despontou ao longo dos primeiros anos do século XX, acentuou-se o caráter informativo, em detrimento do aspecto doutrinário. As reportagens e entrevistas foram gradativamente tomando mais espaço. Notícias policiais e esportivas tornaram-se um material tão importante quanto os artigos de opinião, e fazê-las acompanhar por ilustrações e fotos tornou-se essencial.¹⁹

Na década de 1920, o desenvolvimento de uma imprensa inteiramente sensacionalista demonstra que havia sido criado um público consumidor deste tipo de informação.²⁰ O jornais *A Manhã* (1925-1928) e *Crítica* (1928-1930), ambos de Mário Rodrigues, foram expressivos exemplares de uma imprensa que se alimentava de crimes e tragédias, construindo para o leitor a percepção do ritmo alucinante dos centros urbanos.

Como dissemos, o recurso ao sensacionalismo e a adoção de uma postura como intermediários entre o povo e o poder (através do espaço dedicado às queixas) significou a alternativa à necessidade dos grandes jornais de expansão da sua circulação. É preciso demarcar, aqui, que a adoção desse modelo mais popular de jornalismo contemplava aspectos editoriais e mercadológicos, mas não políticos, no sentido de que não incluía um projeto ideológico que considerasse as necessidades das camadas populares. Já a existência, desde fins do século XIX, de um jornalismo militante em prol das causas dos trabalhadores variou conforme as etapas do processo de incorporação deste grupo ao cenário político da sociedade brasileira, e, no período aqui tratado, não se confundiu com o sensacionalismo dos grandes jornais em expansão.

Em sua análise do histórico da inclusão dos trabalhadores na cena política, Angela de Castro Gomes demarca duas fases. Na primeira, que cobre toda a Primeira República, estendendo-se até a promulgação da Constituição de 1934, a direção do processo esteve com os trabalhadores. Segundo a autora, “a ‘palavra operária’, sob o controle de lideranças diferenciais, operou buscando criar as bases de uma nova identidade de classe como fundamento para sua ação política”.²¹

A partir de 1934, em um segundo momento do processo histórico de formação da classe trabalhadora como ator político, a palavra não esteve mais com os trabalhadores. O acesso à cidadania por parte dos setores populares passou a realizar-se via intervenção estatal. Neste quadro, a invenção do trabalhismo e a montagem do sindicalismo corporativista, complementadas mais tarde pela criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituíram os elementos fundamentais da incorporação política dos trabalhadores.²²

O Estado Novo, com todas as suas características de controle, agravou a situação, limitando não só a palavra dos trabalhadores, mas também a de outros grupos. A imprensa no período esteve cerceada por inúmeros dispositivos, culminando mesmo no desaparecimento de vários jornais e revistas. A constituição brasileira de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa, por meio de uma legislação especial, foi investida da função de caráter público, o que permitiu sua instrumentalização por parte do Estado. A palavra, agora, estava concentrada nas mãos do governo autoritário.

A peça fundamental desse sistema de controle era o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, que tinha amplos poderes sobre os meios de comunicação. As empresas jornalísticas brasileiras só podiam se estabelecer se obtivessem registros concedidos pelos órgãos do DIP, e as atividades dos profissionais também ficaram sob esse controle. Aqueles que tentaram manter uma postura independente e crítica em relação ao governo tiveram sua licença cassada. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Entre os representantes da grande imprensa, um dos jornais mais atingidos foi *O Estado de S. Paulo*, mantido fechado ou sob intervenção enquanto seu proprietário, Júlio de Mesquita Filho, partia para o exílio.²³

A imprensa controlada, não só por meio da censura mas também de pressões de ordem política e financeira, foi instrumentalizada pelo governo, que usou os meios de comunicação para a promoção do regime. Assim, durante o Estado Novo, a mídia impressa e o rádio tornaram-se poderosos veículos de propaganda política, graças ao seu alcance. Com eles, Vargas intentava conquistar o apoio das massas. Mas o esforço de difusão da ideologia estadonovista se fez valer também de outros meios, como o cinema e a música, para esse mesmo fim.²⁴

A Rádio Mauá, criada em 1944 pelo governo e autodenominada “rádio dos trabalhadores”, foi um instrumento essencial à difusão da imagem popular de Getúlio Vargas e do ideário trabalhista. Subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, veiculava diariamente os discursos do titular da pasta, Alexandre Marcondes Filho, que assim reforçava a estratégia de comunicação iniciada através da Rádio Nacional, então encampada pelo governo Vargas. Intercalando mensagens do governo e programas musicais de grande audiência popular, o ministro divulgava a legislação social trabalhista do Estado Novo.²⁵

No dia seguinte o jornal do Estado Novo, *A Manhã*, publicava o texto das falas. O jornal também possuía uma seção diária chamada Trabalho e Assistência Social, cujo objetivo era divulgar assuntos relacionados ao Ministério do Trabalho. Dentro da seção havia uma coluna intitulada Faça a Sua Consulta!, dedicada a responder cartas enviadas pela população com suas dúvidas sobre a legislação trabalhista.²⁶

Conforme analisa Angela de Castro Gomes, por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos. O programa *Falando aos trabalhadores brasileiros* guardava a idéia do estabelecimento de um diálogo sistemático entre o Estado e o povo, por intermédio da pessoa do ministro do

Trabalho. O programa radiofônico – ao lado de muitas outras iniciativas, como as comemorações do Dia do Trabalho – contribuiu decisivamente para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional.²⁷

Mas apesar de todo o controle exercido pelo Estado Novo, surgiram no período pequenos jornais clandestinos, que lutaram contra o regime. No Rio de Janeiro circulou, por exemplo, o *Resistência* (1944 -1947). São Paulo também teve o seu *Resistência* (1944), que, ao lado de outros, como o *Brasil* (1937-1938), tentou combater a ditadura.²⁸ No início de 1945, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Commercio*, o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*, jornais de prestígio da grande imprensa, publicaram declarações de políticos opostos a Vargas, sinal já claro do enfraquecimento do regime autoritário naquele momento.²⁹

Com a Constituição de 1946 e o desaparecimento dos órgãos censórios do Estado Novo, voltou a vigir o decreto número 24.7776 de 1934, que garantia a livre manifestação do pensamento. Com o crescimento do noticiário político, jornais como *O Globo*, o *Jornal do Commercio* e o *Jornal do Brasil* apresentaram significativos aumentos de tiragem.

“As redações foram atropeladas quando armavam as equipes para cobrir o setor novo, que se escancarava depois de arrombados os portões de sete anos de censura”, recorda Villas-Bôas Corrêa. “Na lua-de-mel com a redescoberta da liberdade de imprensa, as matérias políticas despertavam enorme interesse da população e vendiam jornais.”³⁰

O fim do controle aos meios de comunicação também fez surgir novos títulos na imprensa brasileira. No Rio de Janeiro, foram lançados os jornais *Tribuna Popular* (1945-1947), *Imprensa Popular* (1948-1958), *A Classe Operária* (fundado em 1925, ressurgiu no período), *Voz Operária* (1949-1980), *O Popular* (1951-1954), *Diário Trabalhista* (1946-1961), *O Mundo* (1947-1957) e *Tribuna da Imprensa* (1949), entre outros.³¹

Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, apesar da repressão do governo Dutra ao Partido Comunista e seus militantes, o período de 1945 a 1950 foi marcado pelo desenvolvimento da imprensa de esquerda. Dos jornais citados, apenas o último – *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda – estava associado a uma posição política mais conservadora.³²

A *Tribuna Popular*, por exemplo, teve relevante atuação entre 1945 e 1947. Vinculado ao PCB, embora não fosse seu órgão oficial, o jornal caracterizou-se pela defesa constante do trabalhador em sua luta contra os empregadores, engajando-se em várias campanhas de interesse popular. As limitações da abertura política pós-Estado Novo ficam evidentes no episódio da

invasão da redação da *Tribuna Popular*, em 1945. A existência do jornal tornou-se mais difícil depois da cassação do registro do PCB em maio de 1947, levando ao seu fechamento em dezembro daquele ano.³³

Durante o segundo governo Vargas, foi sancionada a lei número 1.082 (de Segurança Nacional) em 1952, e, no ano seguinte, a 12 de novembro, foi sancionada a lei de imprensa número 2.083. Ao longo da vigência dessas leis, entretanto, os órgãos de informação conheceram poucos momentos de repressão.³⁴ O *Anuário Brasileiro de Imprensa* de 1953 afirmava: “A volta do sr. Getúlio Vargas ao poder trouxe imediatamente, aos que o conheceram como ditador, recordações da censura à imprensa e à liberdade de expressão do pensamento. Mas nenhuma restrição tem sofrido a imprensa. Temos uma das mais livres imprensas do mundo em qualquer época”.³⁵

Nesse quadro, tiveram atuação significativa no Rio de Janeiro alguns pequenos jornais populares de cunho político, como *O Radical*, *O Popular*, o *Diário Trabalhista*, a *Voz Operária* e a *Imprensa Popular*. Não se tratava mais de jornais feitos pelos próprios trabalhadores, mas estes continuavam a ser o público visado. Estes eram jornais ligados a grupos políticos, ou mesmo a partidos, mas as questões trabalhistas e as condições de vida das classes populares continuaram sendo temas centrais.

O sucesso de *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* foi imediato e marcou o declínio desse tipo de imprensa, ainda que a vinculação política tenha dado sobrevida a alguns jornais. *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* constituíram uma outra etapa na história da imprensa popular.³⁶ André de Séguin des Hons chama a atenção para o fato de que, do ponto de vista do conteúdo, *esses jornais* apresentavam a concentração de duas tendências que já existiam antes: as grandes manchetes noticiosas de jornais do proletariado e das classes médias, como o *Diário da Noite* e o *Correio da Noite*, e a ênfase política dos pequenos jornais das mesmas camadas sociais, como *O Mundo* e *O Radical*.³⁷

De fato, as fórmulas de *O Dia* e *Última Hora* traziam como características marcantes as manchetes sensacionalistas e uma postura política de “defensores do povo”. Mas o sucesso destes jornais no momento imediatamente após a sua criação deve ser explicado também por sua inserção no contexto político e no processo de modernização da imprensa. Pois a diferença crucial de *O Dia* e *Última Hora* em relação aos demais jornais é a articulação do conteúdo popular com os elementos da indústria cultural, com vistas à conquista de um público amplo e à estruturação de um sólido apoio popular para a atuação de determinadas lideranças políticas.

SENSACIONALISMO E RETÓRICA POLÍTICA

A *Última Hora* se definiu, desde o início, em 1951, quando foi criada por Samuel Wainer, como um “movimento de reivindicação popular e nacional”. *O Dia*, criado no mesmo ano por Ademar de Barros e Chagas Freitas, veio às ruas afirmando não ter outro chefe senão o povo. E a *Luta Democrática*, que reproduzia o estilo combativo de seu fundador, Tenório Cavalcanti, exibia diariamente o *slogan* “Um jornal feito por homens que lutam pelos que não podem lutar”. Criados para ampliar o apoio popular em relação a determinadas lideranças políticas (respectivamente Getúlio Vargas, Ademar de Barros/Chagas Freitas e Tenório Cavalcanti), esses jornais abriram espaço aos temas, preocupações e aspirações populares, fazendo valer a imagem de “defensores do povo”, a qual foi, para esses jornais, o seu patrimônio mais precioso.

Manchetes indignadas, denunciando abusos contra a população, eram a marca principal dos jornais populares e sinalizavam cotidianamente sua postura em defesa do povo. A força gráfica das letras garrafais enfatizava a denúncia. Evidentemente, como um recurso possível do jornalismo, as manchetes em tom de denúncia estavam presentes também em outros jornais. A particularidade, no caso de *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática*, é que o esforço de modelagem da imagem de “defensor do povo” integrava a tarefa maior de construção de um vínculo entre os leitores e tais lideranças políticas. Dessa forma, os jornais de Samuel Wainer, Chagas Freitas e Tenório Cavalcanti travaram dia a dia uma verdadeira “batalha das manchetes”, o que explicita, para nós, a dimensão da disputa entre as diferentes correntes populistas.

Na intermediação entre o povo e tais lideranças políticas, *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* intentaram construir a imagem popular desses líderes, atribuir-lhes popularidade. Mas toda a construção simbólica em torno do jornal e de seu respectivo líder político como “defensores do povo” não se sustentaria sem a efetiva oferta de “serviços” prestados pelos periódicos aos leitores.

Em seu primeiro número, a *Última Hora* anunciou a instalação de urnas em diferentes pontos da cidade para receber reclamações, denúncias e sugestões dos leitores. As queixas e comentários coletados nas ruas transformaram-se na seção Fala o Povo na *UH*. As pequenas notas com as manifestações dos leitores eram publicadas diariamente e vinham acompanhadas de um texto editorial, que, sempre indignado, chamava a atenção para a gravidade das questões ali expostas. Dando continuidade à “defensa do povo”, a *Última Hora* instaurou os “tribunais populares” para julgar os “crimes contra a economia do povo”. Tratava-se de júris simulados sobre casos de preços abusivos cobrados por comerciantes.

Como notou Sônia Bezerra em sua tese sobre a *Última Hora*, “o jornal procurava se mostrar não só como uma voz, mas como instrumento efetivo de conquistas sociais”.³⁸ A Tendinha de Reclamações da *Última Hora* ia à praça pública ouvir o povo. Em Cosmos, a Tendinha acolheu a denúncia: “Desrespeito completo às leis trabalhistas – Na fábrica de jóias de Cosmos, as operárias, apesar de prejudicadas, têm medo até de falar”.³⁹ No jornal de Samuel Wainer, as reivindicações e denúncias populares pautaram grandes reportagens e as conquistas sociais renderam manchetes afirmativas quanto à administração de Getúlio.

Em suas memórias, o jornalista Villas-Bôas Corrêa, ex-repórter de *O Dia*, relembra as orientações do secretário de redação Santa Cruz Lima para a cobertura política naquele jornal: “O velho Santa Cruz foi de sinceridade sem rodeios: *jornal para o povão* não podia desperdiçar espaço com as tricas e futricas de ministros, senadores, deputados, partidos e outras frioleiras. Fofocagem que não atraía um único leitor”.⁴⁰

A orientação dada por Santa Cruz Lima levou o jornalista a organizar os Comandos Parlamentares, um modelo de reportagem política que marcou a forma de atuação do jornal e tornou-se famoso na década de 1950. Seguindo o formato da reportagem policial, o repórter convidava um parlamentar ou outra autoridade para uma visita surpresa a algum órgão público, sobre o qual pairava alguma suspeita de irregularidade, ou localidade com problemas de responsabilidade do poder público. Foi esta a maneira encontrada para se adequar a reportagem política à linha popular do jornal.⁴¹

Qual era então a fórmula do jornal popular? Segundo Villas-Bôas Corrêa, a receita de *O Dia* para atrair leitores resumia-se a três palavras: “cadáver, macumba e sexo”. Mais tarde, *O Dia* ficaria marcado como o “jornal que espreme e sai sangue”. Mas em sua fase inicial, além de “cadáver, macumba e sexo”, sua pauta foi fortemente marcada pelas reivindicações populares, que abriam espaço à atuação do jornal como “defensor do povo”. Em *O Dia*, *Última Hora* e *Luta Democrática*, a fórmula “sexo, crime e sindicato” pavimentaria o caminho para que lideranças populistas estabelecessem um diálogo com seu possível eleitorado.

A expressão “sexo, crime e sindicato”,⁴² que usamos para definir os jornais em questão, foi tomada emprestada do trabalho de Gisela Goldenstein e tenta indicar que sua fórmula manteve elementos tradicionais da imprensa sensacionalista, ao mesmo tempo em que incorporou temas contemporâneos. Assim, ao lado dos típicos acontecimentos *sensacionais* (evidentes em manchetes como “Crime de morte no Mangue”, *Luta Democrática*, 7 ago. 1954; “Seduzida a menor pelo patrão”, *O Dia*, 5 maio 1954; “O diabo carregou o padre”, *Última Hora*, 2 maio 1953), surgiam

questões como o salário mínimo, as greves, as condições de vida nos subúrbios e favelas e o custo de vida.

Mas também esses temas eram tratados dentro da narrativa sensacionalista, marcada pelo forte tom moral. E a eficácia desses veículos em sua comunicação com as massas parece estar relacionada ao recurso a elementos da cultura popular. Tanto em sua forma como em seu conteúdo, a imprensa sensacionalista trabalhava com elementos da cultura do público que as lideranças populistas desejavam atingir. Nesse sentido, os jornais sensacionalistas ligados a lideranças populistas na década de 1950 constituíram um lugar de interseção entre cultura popular, cultura de massa e cultura política.

Segundo Jesús Martin-Barbero, o sensacionalismo, produto bem-sucedido na era da indústria cultural, tem suas raízes na cultura popular e nas transformações sofridas por esta na conformação da sociedade de massa, o que implica, na América Latina, a experiência política do populismo.⁴³

A observação dos jornais *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* durante os primeiros anos da década de 1950, quando a modernização da imprensa começava lentamente a se operar, revela – no momento da passagem da imprensa de um perfil marcadamente político para outro mais empresarial – as fórmulas encontradas por um jornalismo que precisava, por razões políticas, ser popular nas duas acepções da palavra: como elemento identificado com o povo e como produto de largo consumo.

Reivindicações trabalhistas, denúncias sociais e manchetes sensacionalistas construíram o vínculo da *Última Hora*, *O Dia* e da *Luta Democrática* com as classes populares. Promoções, folhetins, histórias em quadrinhos, fofocas do rádio, a cobertura esportiva e a apropriação de temas (como a religiosidade) e mesmo da linguagem popular consolidaram este laço.

Vale aqui fazer uma ressalva quanto ao caso da *Última Hora*. Talhada para dialogar com um público policlassista, o jornal getulista restringiu o apelo ao sensacionalismo a determinados espaços. Tal cuidado garantiu que o jornal não tivesse a feição “espreme e sai sangue” que caracterizaria *O Dia* e a *Luta Democrática*. Samuel Wainer confessou ter repugnância por fatos policiais. Mas o jornalista teve de sucumbir ao potencial comercial das manchetes sobre crimes.⁴⁴ Embora vejamos, observando as primeiras páginas da *Última Hora* no período, que de fato o recurso ao sensacionalismo esteve mais associado à atuação do vespertino como “defensor do povo”.

Na *Última Hora*, a denúncia das mazelas vividas pelos trabalhadores foi, no entanto, sempre atenuada pela afirmação do empenho do presidente Vargas e do próprio jornal na solução dos problemas. Em *O Dia*, por sua vez, a carga dramática do sensacionalismo foi usada em toda a sua potência na afirmação de uma atualidade concebida

como trágica. Já em seus primeiros dias de circulação, as manchetes das primeiras páginas – com a tradicional marca gráfica das letras garrafais – deixariam clara a postura do matutino: “Roncando de olhos abertos – A tragédia de um povo que só tem existido para sofrer e pagar impostos – Uma luta que se inicia para reintegrar as classes populares na posse ampla da sua consciência e das regalias que lhes são devidas”.⁴⁵

Manchetes como esta conviviam na primeira página com o sensacionalismo “policial”, como em “O monstro arrancou o coração da mulher pela cavidade abdominal”.⁴⁶ Curiosamente, no dia 26 de março de 1953, o colunista Leopoldo Heitor dedicou-se ao tema “Sensacionalismo – fator de criminalidade”. A argumentação do colunista sugeria o suposto caráter pedagógico do sensacionalismo, além de apontá-lo como uma verdadeira “arma do povo”: “(...) o sensacionalismo aparece à população com as cores mais vivas das tragédias humanas de cada dia, e a alerta. (...) Através dele as referidas autoridades *sentem o reflexo da vontade imperiosa do povo, que exige soluções, que não tolera os enigmas*”.⁴⁷

Na *Luta Democrática*, o “diretor redator-chefe” Hugo Baldessarini, com a autoridade de seus “vinte anos de advocacia criminal”, escrevia a coluna Retrato do Crime, cujo objetivo era fazer a “profilaxia da moléstia”. No texto de apresentação da coluna, no primeiro número do jornal, Baldessarini fez também a apologia do caráter construtivo do sensacionalismo: “mas é claro que faremos um sensacionalismo diferente, todo ele destinado a alertar o racional através do irracional, de sorte que combateremos o crime procurando despertar, no indivíduo, os últimos resquícios de virtude que todos nós possuímos, na superfície ou na profundidade de nosso espírito”.⁴⁸

Se por um lado é difícil acreditar no caráter pedagógico de manchetes como “Depois de matar a golpes de martelo – Despiu a esposa e arrancou-lhe as vísceras com as mãos”,⁴⁹ por outro é visível a potência do sensacionalismo da *Luta Democrática* na construção da imagem do jornal e de seu líder, o “Homem da Capa Preta”, como “defensores do povo”, em manchetes de tom moralizante como “Muita orgia e pouca escola – Mais de 100 mil crianças sem instrução no DF”.⁵⁰

Transformada em “sexo, crime e sindicato”, a fórmula sensacionalista possibilitou aos veículos dominados por líderes populistas a disseminação de um conteúdo político por meio da manipulação de referências simbólicas da cultura popular. Foi fundamental para estes jornais, em seu papel de instrumento político, o tom moral e a construção de imagens de forte apelo emocional, que os aproximava de formas narrativas populares. O discurso populista disseminado pela linguagem sensacionalista se fazia através de atos de fala carregados de dramaticidade. O próprio texto fazia-se um acontecimento dramático, com o qual se efetuava também o auto-reconhecimento dos populares em sua luta por melhores condições de vida.

Na *Luta Democrática*, assim como em *O Dia* e na *Última Hora*, os recursos do sensacionalismo eram empregados na formação de consensos sobre a realidade política. Num quadro de disputa entre diferentes práticas populistas, os três veículos tinham o objetivo imediato de garantir seu eleitorado. Independente da concretização de tal meta, esses jornais contribuíram para a composição do entendimento político do público leitor. Ligados a lideranças políticas, participaram da interpelação populista às massas, veiculando os temas que marcaram o processo de sua inclusão à cena política. Neste quadro, em seu estilo e conteúdo, estes jornais exerceram uma dada pedagogia política, participando da construção da noção que os leitores tinham da sua cidadania.

E o jornalismo popular encarnado por *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática*, a despeito do seu empenho na defesa das classes populares, construiu diferentes representações do povo. Em sua diversidade, tais imagens revelam as contradições sociais vividas naquele momento e expressam uma cultura política que atribuía valores ambíguos ao “povo”, ora colocando-o na marginalidade, ora “salvando-o” dela. Revelam, assim, as dificuldades da inclusão política de grupos que estavam socialmente à margem.

Em um jornal de grande apelo sensacionalista como a *Luta Democrática*, por exemplo, as representações arquetípicas características daquele tipo de jornalismo ora dignificavam a imagem do povo, ora o transformavam em uma caricatura. A apropriação de elementos da cultura popular feita pelo noticiário revela isso. Se por um lado a valorização das práticas religiosas populares, como a umbanda, tentaram instituir um vínculo de identificação entre o jornal e seu público com a criação de colunas específicas e reportagens; por outro, as referências aos seus praticantes no noticiário policial revelou representações preconceituosas, caricatas. Como na matéria “A macumba terminou no distrito”, da *Luta Democrática*:

Bizarramente pintadas, ostentando as marcas indizíveis do atraso em que vivem, cinco mulheres, entre elas três menores, sujeitavam-se às ordens estapafúrdias de Antonieta Nascimento, chefe do “terreiro” (...) em Cordovil, onde as mesmas cumpriam as últimas obrigações para serem consideradas “babalaô orixá”. (...) Fitas de várias cores, pulseiras de metal inferior completavam a paramenta estranha tornando as candidatas ao título de “babalaô orixá” em macabras figuras.⁵¹

No relato das manifestações das classes populares, é perceptível, nesses jornais, a convivência entre representações de racionalidade e de irracionalidade. Além disso, a retórica populista presente nos jornais *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* articulou permanentemente a tensão entre imagens de harmonia e de conflito social. À afirmação do povo pacato contrapunha-se a possibilidade de irrupção

da violência pela ação de elementos extremistas ou como resultado da insensibilidade da classe política. À imagem do conflito, por sua vez, contrapunha-se o papel central do líder político como conciliador. Fiel à necessidade de falar a um público amplo e policlassista, o discurso populista administrava os limites, as fronteiras, tentando articular simultaneamente o reconhecimento e o controle da força popular.

A cobertura do movimento sindical, com as demandas e conquistas dos trabalhadores, oferecia a visão da maturidade do povo no exercício da cidadania. Mas, como dissemos, das páginas políticas às páginas policiais, diferentes representações do povo foram construídas por esses jornais, revelando as dificuldades da inclusão social e política de grupos situados à margem da sociedade. Assim, a aliança entre a linguagem sensacionalista e a linguagem populista reunia “malandros”, “tarados” e “subversivos” sob o título comum de “desordeiros” ou “fora-da-lei”.

A afirmação do direito político das massas populares foi elemento constante e central do discurso populista veiculado por esses jornais. O voto era a “arma do povo” e era o que construía a legitimidade do verdadeiro líder. Nessa relação, marcada pelo personalismo, a figura do líder obscurecia o papel dos partidos.

Uma premissa fundamental do discurso populista era a valorização do papel interventor do Estado na solução dos problemas sociais. O poder Executivo, no entanto, encontrava-se personificado por um líder carismático. Mesmo quando veiculado pela oposição, a gramática do discurso era a mesma, só modificando quem ocupava o lugar do herói ou do inimigo das massas populares.

Segundo a retórica populista, só um líder autêntico era capaz de compreender, traduzir e concretizar a “vontade popular”. Esta, por sua vez, era uma entidade homogênea, absoluta e protagonista da cena democrática. Dentro da lógica populista, as únicas ameaças à democracia – o governo do povo, para o povo e pelo povo – e à harmonia social eram a insensibilidade das elites política e econômica e a ação dos falsos líderes – os demagogos ou mistificadores. Para estes, no entanto, a retórica populista mantinha sempre evidente a iminência da vingança popular, através do voto.

Tal como entendemos, os jornais conformam uma comunidade argumentativa. Vistos como atos de fala ou *performances*, os diferentes textos jornalísticos em questão compõem um contexto discursivo. A visão desta intertextualidade revela um universo de temas, convenções e consensos norteadores do entendimento que os leitores têm do momento em que vivem. Criados para dar apoio e visibilidade às práticas políticas de lideranças populistas, a *Última Hora*, *O Dia* e a *Luta Democrática* articularam, cotidianamente, os elementos daquele discurso, recorrendo a um conjunto de imagens retóricas.

A atuação desses jornais, no entanto, não deve ser vista de forma puramente instrumental, segundo a qual as idéias são usadas no sentido de legitimar as ações. A recuperação dos termos do vocabulário disponível ao agente para a descrição de seu comportamento político indica também os limites deste comportamento. No contexto do segundo governo Vargas, a retórica populista, compartilhada por diferentes lideranças carismáticas (Ademar de Barros, Tenório Cavalcanti, Jânio Quadros e o próprio Getúlio) tentou responder ao impasse entre as transformações econômicas, a mobilização social e a manutenção da ordem democrática.

A imprensa é uma instituição de peso estratégico para a definição dos conteúdos e expectativas que definem o exercício da cidadania e suas repercussões políticas.⁵² No contexto em questão, em meio ao processo de incorporação das massas populares à vida política, a linguagem populista disseminada através dos jornais *Última Hora*, *O Dia* e *Luta Democrática* expressou uma forma de relação política que, por sua vez, definia certas características para o exercício da cidadania. A historicização das *performances* jornalísticas revela, ainda, tais textos como tensão, em que os idiomas políticos (e as propostas que eles carregam) são confrontados com as suas próprias contradições, impostas pela realidade.

O presente trabalho baseia-se na afirmativa de que a experiência da linguagem tem uma dimensão central no entendimento da ação política. Baseia-se, ainda, na consolidação do papel da imprensa não só como relevante na conformação de idéias, mas também na importância desse seu lugar como revelador da tessitura complexa do pensamento coletivo. Mais do que nos lugares onde o pensamento aparece formalizado, no discurso jornalístico afloram a emoção, a imaginação, o preconceito, os postulados implícitos, as representações coletivas e as categorias cognitivas.

A dispersão que caracteriza o discurso jornalístico favorece a visão de uma realidade contraditória, porque múltipla. Compreendendo a história das idéias como a história da experiência dos homens no uso das idéias, concebemos a imprensa como o lugar da *aventura interpretativa* dos indivíduos sobre seu próprio tempo. A historicização dos atos de fala realizados através dos jornais desvela não só as intenções fundadoras do discurso e seus significados, mas também os efeitos imprevistos da realidade, que abrem fissuras na ordem que os textos tentam construir.

CARLA SIQUEIRA é doutora em História Social da Cultura e professora do departamento de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NOTAS

1 Zuenir Ventura, em entrevista concedida a mim em 18 de novembro de 2005.

2 Hons, 1982, p.174 e 179.

3 Ver tabelas em anexo, ao final do texto. Dos jornais da chamada “grande imprensa”, apenas *O Globo* e *Diário da Noite* operavam no mesmo patamar de tiragens alcançado pelos jornais aqui analisados. Entre os jornais populares, *A Notícia* também teve excelente desempenho, mas “cedeu” seu lugar ao jornal *O Dia*, então do mesmo dono, Chagas Freitas. *A Notícia* circulou pela última vez no dia 4 de junho de 1979. A sua decadência, no entanto, vinha de muito tempo. Em 1958, a tiragem (que atingira 140 mil exemplares) caiu para 40 mil. O vespertino deixou de produzir um noticiário autônomo, passando a utilizar em demasia o material de *O Dia*, veiculando notícias já ultrapassadas e perdendo a sua autenticidade.

4 Ribeiro, 2000, p. 97-98.

5 Ver Lima, 2001, p. 93-114.

6 Ver Diniz, 1982.

7 Ver Beloch, 1986.

8 Gomes, 1994, p. 22.

9 Ibid, capítulo 2. Ver também Ferreira, 1978.

10 Gomes, 1994, p. 129-130.

11 Barbosa, 1996, p. 38-42.

12 Ibid., p. 38-42.

13 Entre 1924 e 1929, Assis Chateaubriand adquiriu os diários *O Jornal* (RJ), *Diário da Noite* (SP) e *O Estado de Minas* (BH) e fundou a revista *O Cruzeiro* e os jornais *O Diário de São Paulo* (SP) e o *Diário da Noite* (RJ), dando início à cadeia Diários Associados. Ainda no início da década de 1920, a Sociedade Anônima O Malho publicava, além da revista *O Malho*, o semanário infantil *O Tico-Tico*, o semanário ilustrado *Para Todos*, a revista mensal *Leitura para todos*, o semanário “mundano esportivo” *Arlequim*, os almanaques de *O Malho* e *O Tico-Tico* e a revista *Ilustração Brasileira*.

14 Barbosa, 1996, p. 78-79, 198 e 218.

15 Silva, 1988, p. 49-50.

16 *Jornal do Brasil*, 15 nov. 1900, p. 3; citado em Barbosa, 1996, p. 166.

17 Silva, 1988, p. 51.

18 Apud Magalhães Júnior, 1978, p. 80.

19 Barbosa, 1996, p. 344.

- 20 Ibid., p. 218.
- 21 Gomes, 1994, p. 238.
- 22 Ibid., p. 284.
- 23 Ver Abreu et al., 2001, p. 1.830-1.833; Abreu e Lattman-Weltman, 1994, p.27-28; Capelato, 1998, p. 69-70. Sobre a trajetória específica de *O Estado de S. Paulo*, ver Capelato, 1988.
- 24 Capelato, 1998, p. 75-78. Ver também Goulart, 1990, p. 17-28.
- 25 Abreu et al., 2001, p. 4.866-4.867.
- 26 Gomes, 2002, p. 40-43.
- 27 Gomes, 1994, p. 195-197.
- 28 Goulart, 1990, p. 146-147. Ver também Abreu et al., p. 4.987-4.988.
- 29 Hons, 1982, p. 96.
- 30 Corrêa, 2002, p. 22-23.
- 31 Ribeiro, 2000, p. 45.
- 32 Ibid.
- 33 Abreu et al., 2001, p. 5.795.
- 34 Ribeiro, 2000, p. 46.
- 35 *Anuário Brasileiro de Imprensa*, 1953, p. 4.
- 36 Hons, 1982, p.174 e 179.
- 37 Ibid., p. 89.
- 38 Bezerra, 1994, p. 22.
- 39 *Última Hora*, 5 maio 1953.
- 40 Corrêa, 2002, p. 32. Grifo meu.
- 41 Sarmiento, 1999, p. 38-41. Ver também Sandroni, 2001, p. 33-34.
- 42 Tomamos a expressão emprestada de Goldenstein, 1987.
- 43 Ver Martin-Barbero, 1997.
- 44 Wainer, 1988, p. 149-150.
- 45 *O Dia*, 5 jun 1951, p. 1.
- 46 *O Dia*, 17 mar. 1953, p. 1.
- 47 *O Dia*, 26 mar. 19. Grifo meu.
- 48 Retrato do crime, *Luta Democrática*, 3 fev. 1954, contracapa. Grifo meu.
- 49 *Luta Democrática*, 10 ago. 1954, p. 1.
- 50 *Luta Democrática*, 26 fev. 1954, p. 1.
- 51 *Luta Democrática*, 10 fev. 1954, p. 5.
- 52 Lattman-Weltman, 1997, p. 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.
- _____; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público (os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920)*. 1996. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.
- BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BEZERRA, Sonia Jóia. *O jornal Última Hora nas eleições de 1955: Um Estado-Maior intelectual*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a memória*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- HONS, André de Séguin des. *Os diários do Rio de Janeiro, 1945-1982*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Cidadania e razão na imprensa*

escrita: retórica e prática excludente em períodos democráticos (os anos 50 e 90). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1997. (CPDOC- 1555f).

LIMA, Venício. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

SANDRONI, Cícero. *50 anos de O Dia na história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: O Dia, 2001.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV/ALERJ, 1999.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ANEXO

Tiragem dos matutinos cariocas entre 1951 e 1960* (em mil exemplares)

Jornais/ Ano	1951	1952	1953	1954	1955	1958	1960
<i>Diário Carioca</i>	45	35	40	40	40	17	17
<i>Jornal do Brasil</i>	60	70	45	40	40	57	59
<i>Correio da Manhã</i>	56	70	70	72	72	57	53
<i>O Dia</i>	-	60	90	90	115	240	230
<i>Jornal do Commercio</i>	33	60	20	32	32	?	?
<i>O Jornal</i>	70	60	60	60	60	?	27
<i>Diário de Notícias</i>	64	55	63	?	54	47	47
<i>Luta Democrática</i>	-	-	-	20	30	117	130

* Ribeiro, 2000, p. 63.

Fonte: *Anuário Brasileiro de Imprensa (1950-1957)* e *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão (1958-1960)*

Tiragem dos vespertinos cariocas entre 1951 e 1960** (em mil exemplares)

Jornais/ Ano	1951	1952	1953	1954	1955	1958	1960
<i>Última Hora</i>	-	70	85	92	92	105	117
<i>Tribuna da Imprensa</i>	30	25	25	40	40	24	18
<i>O Globo</i>	100	120	100	110	110	187	218
<i>A Notícia</i>	120	130	130	95	60	58	56
<i>Diário da Noite</i>	95	129	88	75	90	70	40

** Ribeiro, 200, p. 63.

Fonte: *Anuário Brasileiro de Imprensa (1950-1957)* e *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão (1958-1960)*